



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO ESPECIAL DE INFORMÁTICA

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2026

Data: 24/08/2026 (segunda-feira)

Horário: 16h10 - 18h00

Modalidade: Presencial

Local: Sala de Reuniões das Comissões – Anexo I – 305-M

Participantes

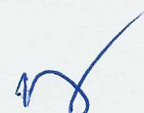
Nome	Cargo / Função
Des. Raimundo Braga	Presidente da Comissão Especial de Informática
Des. Ricardo Régis Dourado	Membro Titular
Juiz de Direito Pedro Godinho	Membro Titular
Juiz de Direito Luís Henrique de Almeida Araújo	Assessor Especial da Presidência III (AEPTIC)
Leonardo Fogaça	Membro Titular - Secretário de TI e Modernização
Henrique Roma	Membro Titular – Diretor de Infraestrutura (DIN)
Manoel Lima	Membro Convidado – Diretor de Governança (DGT)
Kleydson Muniz	Assessor do Des. Ricardo Régis Dourado

Pauta / Ordem do Dia

Item	Descrição
A	Política de Gerenciamento de e-mail - discussão/deliberação sobre Minuta de Ato Normativo Conjunto, após observações da 1ª e 2ª VP, CGJ e COJE - autorização à SETIM de elaboração da versão final (SEI 80506381.000001/2025-11)
B	Assessor Master - acesso às telas de plenário virtual e de pautas de julgamento no sistema PJe 2º Grau - deliberação quanto ao encaminhamento à Presidência (SEI 80520962.000027/2026-22)
C	COJE - Impedimento dos integrantes da 6ª Turma Recursal (E-mail Leonardo Oliveira) (SEI 80520559.000026/2026-40)
D	Guia de Comunicação dos Sistemas Judiciais e Administrativos - aprovação (SEI 80506284.000569/2026-11)
E	Microsoft Teams - acompanhamento da implantação (SEI 80520986.000075/2026-42)
F	Mitigação dos riscos relacionados à IA - implantação do Gateway de Inteligência Artificial e dos serviços estruturantes de governança, segurança, autenticação, rastreabilidade e controle de custos - acompanhamento junto à SETIM (SEI 80520986.000115/2026-56)
G	DikaIA (antiga Oxóssi) - acompanhamento junto à SETIM dos procedimentos relacionados à ferramenta
H	Service Desk - solução da SETIM para ampliação do atendimento a Juízes Leigos e Conciliadores após implantação do TEAMS nos Juizados (SEI 80506597.000512/2026-81)
I	Portifólio de Sistemas do PJBA - informação pela SETIM sobre andamento do Projeto - MoReqJus (SEI 80506284.000048/2026-56)
J	Atualização de versão do PJE - acompanhamento junto à SETIM
K	Apresentar execução orçamentária de TIC detalhada - pauta adiada na reunião passada
L	Apresentar proposta de reestruturação de cargos de TI (estudo qualitativo/quantitativo) - pauta adiada na reunião passada
M	O que ocorrer

Desenvolvimento da Reunião

- 1. Política de E-mail Institucional (Item A).** Informou-se que a proposta de Ato Normativo Conjunto foi encaminhada para manifestação da Primeira Vice-Presidência, Segunda Vice-Presidência, Corregedoria-Geral, Corregedoria do Extrajudicial e Coordenação dos Juizados Especiais. Esta última aprovou o documento na integralidade. A Corregedoria-Geral (Desembargador Salomão Resedá) referendou parecer jurídico favorável à proposta. A Segunda Vice-Presidência apresentou sugestões de alterações/inclusões. A Primeira Vice-Presidência encontra-se com despacho em fase de assinatura. A Corregedoria do Extrajudicial encaminhou à sua Assessoria Jurídica, sem retorno até a data da reunião. O Presidente da CEIN realizou contato telefônico com Isabela Santana, da Corregedoria do Extrajudicial, solicitando celeridade na manifestação. **Deliberou-se que a SETIM realizará reunião técnica para avaliar a viabilidade das sugestões recebidas e, após consolidação do texto, deverá convocar reunião conjunta com representantes das vice-presidências e corregedorias para leitura final e aprovação do Ato Normativo Conjunto.**
- 2. Perfil de Assessor Master no PJe (Item B).** Informou-se que a funcionalidade do perfil de Assessor Master — que permite ao assessor designado consultar a pauta de julgamento do desembargador, incluindo votos da composição — encontra-se em fase de testes e já foi homologada junto à Secretaria Judiciária (SEJUD). Todavia, o código correspondente não está incluído na versão 2.10 do PJe, objeto da migração em curso. **Deliberou-se que se realizará homologação adicional no gabinete do Desembargador Renato Marques, demandante original, e que, após a migração de versão, o código será implementado, homologado com o usuário e encaminhado diretamente à Presidência para autorização.** Registrou-se que o perfil possui caráter restritivo, possibilitando visualização de votos de toda a composição de julgamento, cabendo a cada desembargador a indicação dos servidores habilitados. **Após autorização presidencial, será elaborado card informativo para o grupo de desembargadores e ofício explicativo sobre o procedimento de cadastramento.**
- 3. COJE – impedimentos de Magistrados na 6ª Turma Recursal (Item C).** Apresentou-se a situação de magistrada que atuou como titular da Vara de Fazenda Pública no sistema dos Juizados Especiais e, ao ser designada para a 6ª Turma Recursal, encontra-se impedida de oficiar em milhares de processos nos quais praticou atos no primeiro grau. A solicitação consiste na criação de funcionalidade no PJe que sinalize automaticamente o impedimento, a partir da identificação de atos praticados pela magistrada nos processos em grau de recurso. Informou-se que o expediente foi recebido pela COJE em 17/08/2026 e encaminhado à Diretoria de Sistemas (DIS) no dia seguinte, com prazo de manifestação até 02/09/2026. Contudo, em razão do sobrestamento de alterações no PJe durante o



processo de migração de versão, a implementação ficará postergada. **Deliberou-se por informar à COJE que a demanda será atendida, encontrando-se em fase de levantamento de requisitos e que a implementação ocorrerá após a conclusão da atualização de versão do PJe.**

4. Guia de Comunicação dos sistemas judiciais e administrativos / Portal PJe (Item D).

Registrou-se que o plano de comunicação e a proposta de portal PJe específico foram previamente aprovados pelo grupo interno do PJe e encaminhados ao Comitê de Aperfeiçoamento do PJe, que avaliou o documento favoravelmente, tendo a assessoria emitido parecer favorável. **Não havendo objeções dos demais membros da Comissão Especial de Informática, o documento foi considerado aprovado.** Informou-se que o portal será desenvolvido pela empresa *Solutio Strata*, com previsão de entrada em operação conjuntamente com a nova versão do PJe, no prazo estimado de duas semanas.

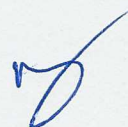
5. Implantação do Microsoft Teams e do sistema AUDIN (Item E).

Apresentou-se o andamento da implantação do Microsoft Teams como canal único para audiências e atendimentos, conforme decreto presidencial vigente. Informou-se que o cronograma de obrigatoriedade estabelece as datas de 01/09, 14/09 e 28/09/2026, por grupos de unidades judiciárias. As ações "Momento AUDIN" (capacitações semanais às segundas-feiras, minimamente) registram adesão expressiva, com participação significativa de servidores. A ferramenta AUDIN já registra mais de catorze mil processos atendidos no primeiro grau. Relatou-se que a prova de conceito (PoC — Proof of Concept) do balcão virtual, utilizando o Teams, está em andamento em dois cartórios integrados do Fórum Ruy Barbosa, com resultados positivos. O Dr. Luís Henrique Almeida informou ter testado pessoalmente a solução, avaliando-a como excelente. Informou-se que está sendo elaborada minuta de regulamentação do balcão virtual e da central de atendimento. Quanto ao contrato do LifeSize, informou-se que vigora até fevereiro de 2027, sem possibilidade de renovação por estar no último ciclo contratual. Câmeras para substituição nas salas de depoimento especial estão em processo de aquisição, com previsão de instalação até dezembro de 2026, quando o LifeSize será desativado. Discutiu-se a necessidade de expansão do AUDIN para o segundo grau, com o objetivo de substituir o contrato de gravação de sessões de julgamento vigente. O Presidente da CEIN sugeriu que o ponto de partida seja o Termo de Referência da licitação de gravação, a ser repassado à equipe técnica do PNUD. Registrou-se que a expansão ao segundo grau está prevista no *roadmap* de evolução da ferramenta para o primeiro semestre de 2027, em razão da indisponibilidade de braço técnico no semestre corrente. Sugeriu-se a criação de comitê gestor permanente para o AUDIN, nos moldes do Comitê Gestor do EXAUDI, com composição por cargos (e não por pessoas), assegurando continuidade institucional. O Titular da AEPTIC informou a existência de grupo negocial composto por representantes da SEJUD, Corregedorias e demais setores, temporariamente desativado em razão da fase intensiva de implantação.

6. **Gateway de Inteligência Artificial (Item F).** Informou-se que o Gateway de IA encontra-se sob responsabilidade do Núcleo de Inteligência Artificial, coordenado pelo Servidor Anderson Azevedo (Coordenação de Sistemas), estando em elaboração o cronograma de implementação. A ferramenta foi aprovada na última deliberação do Comitê de IA, juntamente com a lista de priorização dos projetos de inteligência artificial. Alertou-se para risco orçamentário relevante: após a migração do PJe 2º Grau para a nuvem, o contrato de infraestrutura em nuvem (SERPRO) atingiu o limite mensal de custeio, com incremento de aproximadamente R\$ 400 mil/mês na fatura. O consumo de recursos de IA encontra-se limitado ao gap orçamentário pré-migração. Registrou-se a necessidade de decisão estratégica quanto à ampliação do contrato (SERPRO *versus* contratação de mercado), considerando-se que o custeio via SERPRO é mais célere, porém mais oneroso. Discutiu-se a implementação de sistema de controle de custos (“taxímetro”) para o Projudi IA, nos moldes adotados pelo TRF3 e pelo TJMT, com possibilidade de atribuição de cotas de tokens por usuário. Informou-se que a proposta orçamentária para 2027 já contempla ampliação de investimentos em nuvem e IA, projetando-se orçamento de R\$ 280 milhões (ante R\$ 216 milhões em 2026). **Deliberou-se por manter o tema na pauta da próxima reunião para acompanhamento.**
7. **Ferramenta DikaIA (antiga Oxóssi) (Item G).** Discutiu-se extensamente a situação da ferramenta, desenvolvida para busca de similaridades em processos judiciais, mediante indexação da base processual do TJBA. Registrou-se que a ferramenta, embora nacionalizada e disponibilizada na PDPI do CNJ, não tem gerado utilidade prática interna, apresentando baixa adesão por parte dos magistrados e servidores, fato atribuído tanto à divulgação insuficiente quanto à limitação funcional (busca, exclusivamente, por similaridade). Informou-se que o Núcleo de Inteligência Artificial identificara novo potencial para o DikaIA: sua transformação em centralizador de informações processadas de IA, servindo como repositório indexado para consulta pelas demais ferramentas, com ganho em economia de tokens (evitando reproprocessamento de dados já indexados). Essa funcionalidade já está sendo utilizada pelo Projudi IA. **Deliberou-se que o Núcleo de IA apresentará, na próxima reunião, demonstração detalhada da ferramenta, tutorial de uso e plano de divulgação, incluindo guias para Magistrados e Servidores.**
8. **Service Desk para Auxiliares da Justiça (Item H).** Informou-se que a demanda de suporte técnico aos auxiliares da justiça (conciliadores, mediadores e juízes leigos) encontra-se atendida. A COATE (Coordenação de Atendimento Técnico) já disponibiliza linha de atendimento via Service Desk. A COJE elaborou material didático orientando os usuários a procurarem o Service Desk para dificuldades de primeiro acesso e configuração. Registrou-se que dificuldades de acesso remoto (usuários fora da rede do Tribunal) foram contornadas com atendimento por telefone. O servidor Cláudio Lemos (COJE), em participação remota, confirmou o funcionamento da solução. **O expediente foi**

considerado atendido pela Comissão, deliberando-se pela comunicação à Coordenação dos Juizados Especiais, através do expediente respectivo no SEI.

9. **Portfólio de sistemas legados (Item I).** Registrou-se que a descontinuação de sistemas legados avança lentamente. O SAJ permanece em operação para consulta e migração de processos reabertos, não tramitando processos novos. O SAIPRO encontra-se em situação similar, apresentando-se como o sistema mais próximo de desativação, restando apenas seu uso residual por setor do Fórum Ruy Barbosa, para catálogo de distribuição, com ferramenta substitutiva já na fila de desenvolvimento. A vida funcional dos Magistrados, existente no SAIPRO, já se encontra migrada para nova ferramenta. Discutiu-se a necessidade de criação de política de gestão de dados e tabela de temporalidade para descarte digital, à semelhança da tabela aplicada a processos físicos. Registrou-se a necessidade de articulação com a Comissão de Descarte (presidida pelo Desembargador Ângelo Vita) e com a DDI (Diretoria de Documentação e Informação, unidade administrativa responsável pelo planejamento, organização e controle da gestão documental do tribunal), que já foi consultada quanto aos prazos legais de armazenamento. Informou-se que a análise de conformidade com as normas do CNJ relativas à preservação documental encontra-se em andamento na SEJUD.
10. **Atualização da versão do PJe (versão 2.10) (Item J).** Registrou-se que a atualização de versão do PJe encontra-se em fase final, sem intervenções adicionais cabíveis. Todas as demandas que impactam o código do PJe encontram-se sobrestadas até a conclusão da migração.
11. **Execução orçamentária e reestruturação de cargos de TI (Itens K e L).** Ambos os itens foram adiados para a próxima reunião ordinária (28/09/2026). Quanto à reestruturação de cargos, informou-se que a SETIM encaminhou ofício ao setor de Recursos Humanos solicitando levantamento de cargos abertos, desligamentos nos últimos anos e projeção de aposentadorias para os próximos cinco anos, em atendimento à determinação do CNJ relativa à retenção de talentos, realização de concurso e criação de gratificação específica para TI.
12. **Planejamento Estratégico de TIC 2027-2032 / PTD TIC 2027-2028 (Item M).** Registrou-se que o ciclo do Planejamento Estratégico 2021-2026 do Tribunal encontra-se em fase de encerramento e que a Diretoria de Planejamento Estratégico (DPE) já trabalha na elaboração do novo ciclo 2027-2032. Informou-se que a SETIM, a fim de não aguardar a conclusão do planejamento estratégico geral, adotou como base o plano de gestão do Desembargador Presidente, comparando-o com o PTD (Plano de Transformação Digital) vigente para identificar as ações de informática a serem incluídas no biênio 2027-2028. **Deliberou-se que a primeira versão do PTD 2027-2028 deverá ser apresentada no prazo de sessenta dias (até final de outubro de 2026), sendo, deste modo, submetida à votação da Comissão em até duas reuniões subsequentes.**



- 13. Aprovação formal do PTD TIC 2025-2026 (Item M).** Informou-se que, durante inspeção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi identificado que o PTD TIC 2025-2026 não havia sido formalmente aprovado pelo Comitê de Governança de TIC. **A SETIM preparou comunicação interna para formalização da aprovação pela CEIN**, de modo a regularizar a pendência junto ao CNJ, consignando que o novo PTD TIC 2027-2028 encontra-se em elaboração.
- 14. Alteração Regimental - transformação da CEIN em Comissão de Governança de TIC (Item M).** Discutiu-se a necessidade de transformar a Comissão Especial de Informática em Comissão de Governança de TIC, conforme apontamento da inspeção do CNJ e alinhamento às normativas do Conselho. Registrou-se que a última versão da proposta de alteração normativa foi revisada pelo Membro da Comissão Juiz Gustavo Teles e incorporada à minuta original pelo seu redator, o Assessor do Desembargador Ricardo Dourado, senhor Kleydson Muniz. Informou-se que o CNJ postergou a liberação do modelo ENTIC-JUD para dezembro ou janeiro, razão pela qual se decidiu elaborar proposta genérica adaptável a definições futuras. **Deliberou-se pela realização de reunião intermediária em 14/09/2026 para revisão final do documento, com aprovação prevista para a reunião ordinária de 28/09/2026, seguida de encaminhamento à Presidência, que decidirá quanto à sua remessa à Comissão de Reforma.**
- 15. Sistema Laura (cálculos fazendários) (Item M).** Informou-se que a ordem de entrega dos módulos do Laura foi invertida: o módulo de cálculos fazendários foi entregue antes, estando agora em finalização o módulo externo (criminal). O TJBA tornou-se centralizador da versão do Laura, realizando merge com o código criminal desenvolvido pelo TJ da Paraíba, para constituição de versão unificada. Discutiu-se a efetividade do módulo fazendário frente ao acervo represado de cálculos nas varas de Fazenda Pública dos Juizados Especiais. Registrou-se que a central de cálculos se encontra em expansão (publicação no Diário da Justiça Eletrônico – DJE – de hoje, de nova unidade incorporada), porém com equipe ainda em fase de familiarização. **O Presidente da CEIN determinou a convocação de reunião específica, pela SETIM, com o comitê do Laura, para avaliação detalhada do andamento, funcionalidades entregues e gargalos operacionais.**
- 16. Fórum Permanente de Direitos e Tecnologia (UNICORP) (Item M).** O Presidente da Comissão propôs articulação entre a CEIN e o Fórum Permanente de Direitos e Tecnologia da UNICORP, para realização de evento de capacitação (webinar ou workshop) ainda no segundo semestre de 2026, com os seguintes eixos temáticos: (i) inteligência artificial e judiciário; (ii) proteção de dados e privacidade; (iii) segurança cibernética e resiliência institucional; (iv) novos direitos digitais e responsabilidade civil de plataformas. Sugeriu-se a inclusão de representante da SETIM no Fórum e a busca de parcerias com instituições acadêmicas (CIMATEC e UFBA). **Deliberou-se que o Assessor Kleydson e o Doutor Luís Henrique de Almeida coordenarão a articulação do evento**, evitando sobreposição com capacitações já contratadas pela SETIM.



17. Contrato do PNUD (Item M). Registrou-se que o contrato do PNUD se encontra em processo de renovação, aguardando análise pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Ministério das Relações Exteriores (MRE) responsável por coordenar e gerenciar a cooperação técnica e humanitária internacional, há aproximadamente quatro semanas. A estimativa é de assinatura e depósito da primeira parcela do novo PRODOC (documento que detalha o plano de operações de um projeto de cooperação técnica internacional) em setembro de 2026. Os recursos disponíveis, na atualidade, são suficientes para operação até o final do aludido mês. Atualmente, o PNUD conta com vinte e seis profissionais alocados.

18. Sistema de votação de promoção de Magistrados (Item M). Registrou-se, em breve comunicação, que o sistema de votação de promoção de Magistrados está sendo atualizado em razão de mudança de critério no parâmetro de antiguidade. A equipe técnica já se encontra trabalhando na adequação, tendo sido realizado treinamento com assessores de gabinete. Informou-se que a alteração não impacta a operação geral do sistema.

Deliberações / Ações Definidas

#	Ação	Responsável	Prazo
1	Política de E-mail Institucional (Item A) – realização de reunião técnica para avaliar a viabilidade das sugestões e, posteriormente, com 1aVP/2aVP/Corregedorias/COJE para leitura final e aprovação do Ato Normativo Conjunto	SETIM	Após entrega de todas as manifestações
2	Perfil de Assessor Master no PJe (Item B) - homologação adicional no gabinete do Desembargador Renato Marques e, após a migração de versão, o código será implementado, homologado com o usuário e encaminhado diretamente à Presidência para autorização. Após autorização presidencial, será elaborado card informativo para o grupo de desembargadores e ofício explicativo sobre o procedimento de cadastramento.	SETIM	Imediato
3	COJE – impedimentos de Magistrados na 6ª Turma Recursal (Item C) - informar à COJE que a demanda será atendida, encontrando-se em fase de levantamento de requisitos e que a implementação ocorrerá após a conclusão da atualização de versão do PJe.	CEIN	2 dias após publicação da Ata

4	Guia de Comunicação dos sistemas judiciais e administrativos / Portal PJe (Item D) – o documento foi considerado aprovado – devolver expediente à SETIM informando	CEIN	2 dias após publicação da Ata
5	Gateway de Inteligência Artificial (Item F) - manter o tema na pauta da próxima reunião ordinária para acompanhamento.	Secretaria da CEIN	Imediato
6	Ferramenta DikaIA (antiga Oxóssi) (Item G) - o Núcleo de IA apresentará, na próxima reunião ordinária, demonstração detalhada da ferramenta, tutorial de uso e plano de divulgação, incluindo guias para Magistrados e Servidores	SETIM	Próxima Reunião Ordinária
7	Service Desk para auxiliares da Justiça (Item H) - o expediente foi considerado atendido pela Comissão, deliberando-se pela comunicação à Coordenação dos Juizados Especiais, através do expediente respectivo no SEI.	CEIN	2 dias após publicação da Ata
8	Execução orçamentária e reestruturação de cargos de TI (Itens K e L) - itens adiados para a próxima reunião ordinária (28/09/2026) – incluir em pauta.	Secretaria da CEIN	Imediato
9	Planejamento Estratégico de TIC 2027-2032 / PTD TIC 2027-2028 (Item M) - a primeira versão do PTD 2027-2028 deverá ser apresentada no prazo de sessenta dias (até final de outubro de 2026), sendo, deste modo, submetida à votação da Comissão em até duas reuniões subsequentes.	SETIM	Reunião ordinária de outubro/2026
10	Alteração Regimental - transformação da CEIN em Comissão de Governança de TIC (Item M) - realização de reunião intermediária em 14/09/2026 para revisão final do documento, com aprovação prevista para a reunião ordinária de 28/09/2026, seguida de encaminhamento à Presidência, que decidirá quanto à sua remessa à Comissão de Reforma	CEIN	Reuniões dos dias 14/09 e 28/09
11	Sistema Laura (cálculos fazendários) (Item M) - convocação de reunião específica, pela SETIM, com o comitê do Laura, para avaliação detalhada do andamento, funcionalidades entregues e gargalos operacionais.	SETIM	A definir
12	Fórum Permanente de Direitos e Tecnologia (UNICORP) (Item M) - o Assessor Kleydson e o Doutor Luís Henrique de Almeida coordenarão a articulação do evento	AEPTIC	A definir
13	Contrato do PNUD (Item M) – inclusão na pauta da próxima reunião ordinária (28/09) para acompanhamento	Secretaria da CEIN	Imediato
14	Comprometimento da capacidade de investimento em IA, em razão do atingimento do teto do contrato de nuvem com a Serpro (Obs. Gerais) - inclusão na pauta da próxima reunião ordinária (28/09) para acompanhamento	Secretaria da CEIN	Imediato

Encerramento

A reunião foi encerrada às 18h00. A próxima Reunião Ordinária ficou agendada para o dia 28 de setembro de 2026 (segunda-feira), às 16h. Ficou determinada a realização de reunião extraordinária em 14 de setembro de 2026 (segunda-feira), às 16h00, com pauta exclusiva para revisão da proposta de transformação da CEIN em Comissão de Governança de TIC. Ambos os encontros deverão acontecer no local de costume (sala 305-M do Anexo I) – x – x – x –

Observações Gerais

1. **PJe:** todas as demandas que envolvem alteração de código do PJe encontram-se sobrestadas até a conclusão da migração para a versão 2.10, prevista para as próximas semanas. – x – x – x –
2. **Inspeção do CNJ:** a inspeção do CNJ identificou duas pendências institucionais relevantes - (i) ausência de aprovação formal do PTD TIC 2025-2026 e (ii) necessidade de transformação da CEIN em Comissão de Governança de TIC. – x – x – x –
3. **Lifesize:** o contrato do LifeSize encontra-se em seu último ciclo de renovação, com vigência até fevereiro de 2027, reforçando-se a urgência da plena implantação do Audin/Teams. – x – x – x –
4. **IA:** a capacidade de investimento em IA encontra-se limitada pelo atingimento do teto do contrato de nuvem com a Serpro, demandando decisão estratégica voltada à ampliação dessa capacidade. – x – x – x –
5. **PNUD:** O contrato do PNUD encontra-se em fase crítica de renovação, com recursos suficientes apenas até setembro de 2026. – x – x – x –

- x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x -



Registro Fotográfico



Salvador/BA, 24 de agosto de 2026.

Des. Raimundo Nonato Borges Braga

Presidente da Comissão Especial de Informática

Afranio Pedreira de Oliveira Junior

Secretário da Reunião